



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Gabinete do Vereador Braz Antunes Mattos Neto – PSD.

114

ENCAMINHE A:

Comissão Augusto Buino  
e Constantino

49. S. O., EM 21.08.2017

  
Presidente

REQUERIMENTO Nº

0004/2017

**REQUEIRO, ouvido o Plenário, que sejam inserido nos Anais desta Casa o artigo "O plano dos planos de Saúde", de autoria do Médico e Professor Mário Scheffer, publicado no jornal Folha de São Paulo de 27 de agosto, página A3.**

S.S., em de de 2017.

  
**BRAZ ANTUNES MATTOS NETO**  
Vereador – PSD.

# TENDÊNCIAS / DEBATES

Buzo

# PAINEL DO LEITOR

## O plano dos planos de saúde

MÁRIO SCHEFFER

Enquanto o agravamento da crise política monopoliza atenções, no escurinho do cinema as empresas de planos de saúde se aliam ao mais impopular ministro que o setor já teve e investem em duas frentes, uma no Congresso e outra na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para liberar a venda de pacotes de assistência médica mais baratos, porém de menor cobertura e de pior qualidade.

Em regime de urgência, comissão especial da Câmara dos Deputados quer levar ao plenário a revisão atual da lei dos planos. O perfil do ministro da Saúde, Ricardo Barros, que se elegeu deputado com doação do setor, é similar ao de integrantes da comissão.

Quem a preside é um colega do mesmo partido do ministro, o PP, e o relator, do PSDB, já provou fidelidade ao governo ao relatar a reforma trabalhista. Constam ainda, entre os membros, um deputado dono de plano de saúde e outros que tiveram campanhas financiadas por empresas do setor.

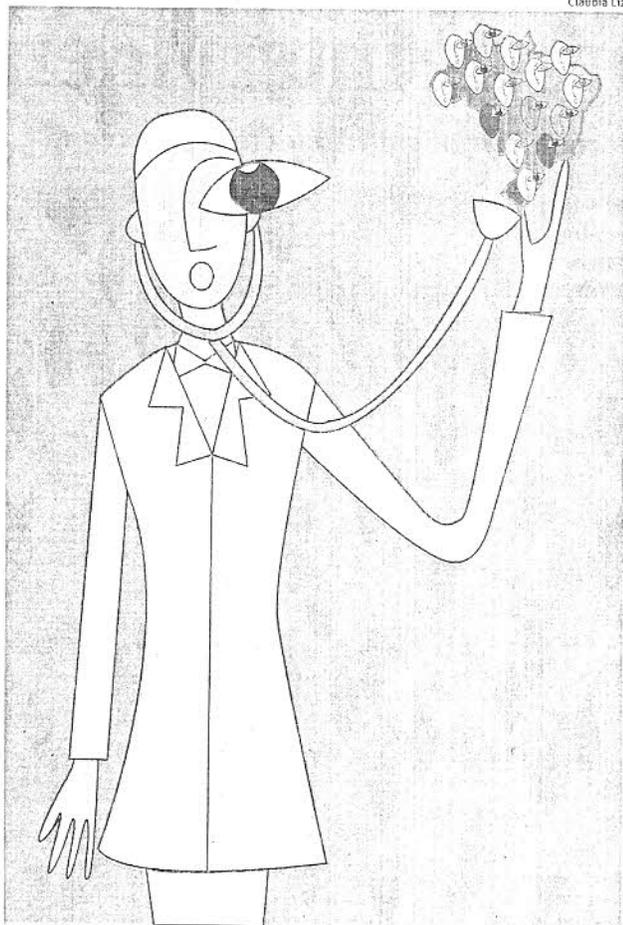
Além de legalizar os ditos planos populares, o que veio a público nas poucas audiências indica que um novo marco legal serviria para suprir vários projetos de lei que pedem ampliação de coberturas assistenciais, para proibir a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos, para rever o ressarcimento ao SUS previsto toda vez que uma pessoa que tem plano é atendida na rede pública e até mesmo para liberar totalmente o reajuste das mensalidades.

Em outra via, a mando do ministro da Saúde, a ANS aceitou, inexplicavelmente, considerar formatos populares desenhados pelas empresas.

Dois deles — o “plano simplificado”, que não inclui internação, atendimentos de emergência nem exames mais caros, e o “plano regional”, com cobertura ínfima conforme a disponibilidade de rede no município — são de autoria conjunta da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abrampe), Unimed do Brasil e Confederação das Santas Casas.

Um terceiro produto, idealizado pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), prevê participação do usuário no pagamento de pelo menos 50% do valor de cada procedimento realizado, além da passagem inicial obrigatória do paciente por um médico generalista, como barreira de acesso direto a profissionais e serviços especializados.

Sempre próximos de políticos, seja qual for o governo, empresários



**O retorno do livre mercado dos planos de saúde só iria contribuir para acelerar a crise sanitária sem precedentes que se anuncia em nosso país**

de planos de saúde fritam o peixe e olham o gato. Buscam tanto a aprovação pelo Congresso de nova lei que os favorece quanto o acolhimento de suas demandas pela ANS, atualmente reduto do PMDB do Senado, que escolhe ou aprova novas indicações e reconduções de diretores da agência.

Neste momento, resolução da ANS visa afrouxar as regras de fiscalização e reduzir drasticamente o valor das multas aplicadas sobre as frequentes negações de exames e consultas com especialistas.

Por inércia, a agência também permitiu o sumiço dos planos individuais e familiares do mercado, substituídos por contratos de pessoas jurídicas que autorizam maiores reajustes e rescisões unilaterais, dor de cabeça que atinge hoje 4,5 milhões de pessoas ludibriadas por corretores.

Com o ajuste fiscal, o Sistema Único de Saúde (SUS) vai encolher a partir de 2018, quando passa a valer o congelamento dos recursos públicos da área. O retorno do livre mercado dos planos de saúde só iria contribuir para acelerar a crise sanitária sem precedentes que se anuncia no Brasil.

MÁRIO SCHEFFER é professor da Faculdade de Medicina da USP, diretor da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e conselheiro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

### Lava Jato

Antonio Palocci afirmou que o ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha recebeu suborno no valor de pelo menos R\$ 5 milhões (“Poder”, 26/8). Denúncia tão grave envolvendo um membro dos tribunais superiores ilustra bem o quadro sombrio do país. É preciso urgentemente aumentar o controle sobre o Judiciário e buscar uma via rápida para o impeachment dos seus membros de comportamento ilícito ou inadequado para o posto.

OTÁVIO DE QUEIROZ (São Paulo, SP)

A notícia sobre o ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Cesar Asfor Rocha baseia-se em falsidades. O trancamento do processo citado não foi inedito. A jurisprudência do STJ e do STF já determinava a nulidade de processos baseados apenas em denúncia anônima, o que não legitima interceptações. Por fim, a liminar foi mantida e ratificada no STJ e no STF, por unanimidade. Cabe notar que a Folha já noticiou que a pretenso delação do ex-ministro da Fazenda está há meses emperrada por um motivo singular: segundo relatos atribuídos a procuradores da República, ele conta focase não apresenta provas.

CRISTINA FERREIRA, assessora de imprensa do escritório Cesar Asfor Rocha Advogados (São Paulo, SP)

Caso o fato seja mesmo comprovado, fica mais uma vez escancarada a encrenca em que nos metemos. É grande a desilusão quando se descobre a fita mesmo da Justiça.

ÉDISON GOMÇALVES (São Paulo, SP)

### Reserva na Amazônia

Não entendo como um presidente corresponsável pelo desastre econômico e financeiro do país, com processo de corrupção pendente nas costas, tem o direito de decidir sobre o patrimônio dos brasileiros, com o intuito de ganhar os votos da banca ruralista, cometendo um grave crime ambiental (“Temer extingue reserva em região amazônica entre Amapá e Pará”, “Ciência + Saúde”, 24/8).

FRANCISCUS D'HANENS (São Paulo, SP)

### Fundo partidário

Já existe o fundo partidário, que gasta R\$ 819 milhões, além da propaganda eleitoral gratuita, que não tem nada de gra-

### ASSUNTOS MAIS COMENTADOS DA SEMANA

- 1. Lava Jato
- 2. Eleições 2018
- 3. Venezuela
- 4. Bebidas nos estádios
- 5. Reserva na Amazônia

TOTAL: 883 mensagens

Total de comentários no site da Folha de 19.ago a 25.ago: 3.5

\*Soma das mensagens enviadas para a Folha

### Venezuela

Com a crescente exploração descobertas de novas fontes de energia, inclusive limpas, a Venezuela, abraçada à incompetência e ao atraso político, está fadada em pouco tempo, a se tornar o país mais pobre do planeta ( “ço sem fundo”, “Mundo”, 25

AMARO ALBUQUERQUE (Taquaritinga, SP)

### Bebidas nos estádios

A Folha erra ao afirmar que o lobby pela liberação de bebidas em estádio de futebol. Há uma interpretação no papel de um deputado. Ao presidente Alesp cabe arbitrar as propostas em trâmite na Casa e, correntemente, avaliar a sua eventual inclusão na pauta de discussão do plenário para aprovação dos demais parlamentares. A conclusão de que essa proposta é sinônimo de lobby, portanto, é equivocada (“Federação lobby para liberar álcool nos estádios de SP”, “Esporte”, 25/

CAUÊ MACRIS, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (PSDB) (São Paulo, SP)

Se sem a comercialização de bebidas nos estádios já ocorrem autênticas tragédias, imagine-se o que aconteceria se elas fossem liberadas. Que a classe política perca tempo com esse debate, quanto tantos assuntos mais relevantes e benéficos para a sociedade poderiam ser tratados de lei, diz muito sobre a credibilidade dos que nos representam

NESTOR PEREIRA (Guarapari, ES)

### Eleições de 2018

Em tempos de Operação Lava Jato, em que boa parte do político está encarcerado com a Justiça, e faltando apenas um ano para o início da campanha à Presidência, tudo é uma grande incógnita (“Um Ano de Di-